



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Nobreaks e baterias para nobreaks.

2. Fundamentação da Contratação

O TRE-SC possui centenas de sistemas de energia ininterrupta do tipo “nobreak” em uso, distribuídos nos diversos setores dos prédios da sede do Tribunal, bem como nas dezenas de cartórios eleitorais presentes em todas as regiões do Estado de Santa Catarina.

Esses equipamentos gerenciam e fornecem energia elétrica secundária temporária aos computadores dos servidores e colaboradores das unidades em caso de falhas na rede elétrica da concessionária de energia (como sobretensões, subtensões, variações da frequência, ruídos, entre outros comportamentos indesejados, mas, principalmente, a interrupção inesperada da energia elétrica), permitindo que os computadores permaneçam ligados por alguns minutos, possibilitando que os usuários possam salvar dados, arquivos e encerrar corretamente aplicações e sistemas.

Ocorre que boa parte do parque de nobreaks encontra-se em idade avançada de uso, sendo necessária a substituição dos equipamentos mais antigos, assim como a troca de baterias antigas por novas nos modelos de nobreaks que continuarão em produção nas unidades do TRE-SC por mais algum tempo.

Sem a atuação dos nobreaks, no caso da falta da energia elétrica primária na rede, o consequente desligamento repentino do computador e das aplicações em processamento poderia ocasionar danos aos computadores e perda de dados de clientes internos e externos, afetando a qualidade dos serviços prestados pela instituição.

3. Descrição da solução

Item	Descrição	Unidade	Quantidade a ser registrada	Quantidade mínima a ser cotada
1	Nobreak interativo senoidal , com os requisitos técnicos mínimos descritos no item 4.1 deste Termo de Referência	unidade	400 (quatrocentas)	400 (quatrocentas)
2	Bateria VRLA para nobreak , com os requisitos técnicos mínimos descritos no item 4.2 deste Termo de Referência	unidade	300 (trezentas)	300 (trezentas)

A memória de cálculo das quantidades consta do item 6 (Estimativas de quantidades) do Estudo Técnico Preliminar.

3.1. Estudo Técnico Preliminar

O estudo técnico preliminar da presente contratação foi juntado ao PAE n.º 6.004/2025.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Item 1 - Nobreaks

- Nobreak SMS PREMIUM 700Bi/Bi Wi-Fi (Ref.: 0029500).
- NOBREAK NHS COMPACT PLUS 4 SENOIDAL 1000VA/ 2B.7AH (Ref.: 91.A0.A01000).
- NOBREAK RAGTECH EASY PRO SENOIDAL 700VA CBU TI (Ref.: 4164).

Item 2 - Baterias

- BATERIA CSB HRL 1234W F2 12V 34W (Ref.: HRL 1234W F2).
- BATERIA CSB HR 1234W F2 12V 34W (Ref.: HR 1234W F2).

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

3.3. Códigos SIASG

- Item 1 - Código: 338105 - FONTE ALIMENTAÇÃO ININTERRUPTA.
- Item 2 - Código: 357032 - BATERIA SELADA.

4. Requisitos da contratação

4.1. Item 1 - Nobreak interativo senoidal

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS

- 4.1.1. Topologia: nobreak/UPS interativo senoidal;
- 4.1.2. Forma de onda do inversor: senoidal pura (não serão aceitas ondas senoidais aproximadas);
- 4.1.3. Potência nominal: 700 VA (ou superior);
- 4.1.4. Fator de potência: 0,6 (ou superior);
- 4.1.5. Tensão de entrada: bivolt automático (115–220 V @ 60 Hz), não aceito seletor manual;
- 4.1.6. Tensão de saída: 115 V (admitidos 110 ou 120 V) ou 115 V/220 V (seletor);
- 4.1.7. Frequência da saída: 60 Hz (tolerância 1%);
- 4.1.8. Rendimento (em modo rede): 90% (ou superior);

CARACTERÍSTICAS DA BATERIA

- 4.1.9. Tipo: selada VRLA, livre de manutenção e à prova de vazamento, sem necessidade de adição de água ou eletrólitos;
- 4.1.10. Quantidade: no mínimo, 1 (uma) bateria VRLA inclusa, acomodada internamente ao nobreak;
- 4.1.11. Tensão DC: 12 Vdc;
- 4.1.12. Capacidade: 7 ou 9 Ah (não serão aceitas outras capacidades, mesmo que superiores);

CARACTERÍSTICAS DE PROTEÇÃO

- 4.1.13. Proteção contra sobrecarga (potência excedida);
- 4.1.14. Proteção contra descarga total da(s) bateria(s);
- 4.1.15. Proteção contra subtensão e sobretensão na rede;
- 4.1.16. Proteção contra surtos de tensão na rede;
- 4.1.17. Proteção contra curto-circuito no inversor;
- 4.1.18. Proteção contra sobreaquecimento (sobret temperatura);
- 4.1.19. Proteção de entrada da rede elétrica por meio de fusível;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CARACTERÍSTICAS GERAIS E RECURSOS

- 4.1.20. Tempo de acionamento do inversor: menor ou igual a 1 ms;
- 4.1.21. Tecnologia de processamento de sinais "True RMS";
- 4.1.22. Permite ser ligado na ausência de rede elétrica, se bateria estiver carregada ("função DC Start");
- 4.1.23. Sinalização visual ou sonora do estado de operação do nobreak (modo rede/modo bateria) e do nível de carga conectada ao nobreak, com silenciamento (*mute*);
- 4.1.24. Autodiagnóstico da vida útil da bateria;
- 4.1.25. Religamento automático do nobreak no retorno da rede elétrica;

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

- 4.1.26. Botão liga/desliga temporizado;
- 4.1.27. Porta de comunicação: padrão USB;
- 4.1.28. Grau de proteção: IP20;
- 4.1.29. Cabo de alimentação: plugue padrão NBR 14136 10A;
- 4.1.30. Tomadas protegidas: no mínimo, 6 (seis) tomadas de saída padrão NBR 14136;
- 4.1.31. Peso líquido: não superior a 12,0 kg;

GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 4.1.32. A empresa contratada deverá dar garantia de 36 (trinta e seis) meses aos nobreaks e de 12 (doze) meses às baterias inclusas, contados a partir da data do aceite definitivo emitido pelo Gestor do Contrato;
- 4.1.33. As demais condições e prazos relativos à garantia e assistência técnica do objeto constam do subitem 5.5.1 (Garantia do Objeto) deste Termo de Referência;

OUTROS REQUISITOS

- 4.1.34. Deverão ser informados na proposta comercial:
 - Marca;
 - Modelo; e
 - Código/Referência do produto pelo fabricante.
- 4.1.35. Poderá ser solicitada a apresentação de catálogo ou a indicação de sítio da Internet no qual constem as informações necessárias à comprovação do atendimento pleno do produto ofertado às especificações técnicas exigidas;
- 4.1.36. Todos os produtos e componentes deverão ser novos (primeiro uso);
- 4.1.37. Todos os produtos deverão ser idênticos, isto é, possuir componentes internos e externos com as mesmas características técnicas, padrões de cores, qualidade e desempenho;
- 4.1.38. Os produtos deverão ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.2. Item 2 - Baterias VRLA para nobreak

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS

- 4.2.1. Tipo: bateria chumbo-ácida selada regulada por válvula (VRLA);
- 4.2.2. Tensão nominal: 12 V;
- 4.2.3. Capacidade nominal (C20): 9 Ah;
- 4.2.4. Corrente de carga: 3,4 A (não serão aceitas baterias com correntes de carga inferiores);

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

- 4.2.5. Tipo dos terminais: F2 FASTON TAB 250;
- 4.2.6. Corpo (vaso) em monobloco de material plástico de alta resistência mecânica (ABS UL94);



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 4.2.7. Deverá constar, no corpo do produto, por meio indelével e legível, com resistência mecânica suficiente para preservar as informações durante toda a vida útil da bateria: a identificação do fabricante e do importador (se produto importado), no idioma Português ou Inglês; a advertência sobre os riscos ao meio ambiente; e a necessidade de reciclagem após o uso;
- 4.2.8. Dimensões totais (aceitas variações de +/- 5 mm): Comprimento: 150 mm; Largura: 65 mm; Altura total: 100 mm;

CARACTERÍSTICAS GERAIS E RECURSOS

- 4.2.9. À prova de vazamento e livre de manutenção, sem necessidade de adição de água ou eletrólitos;
- 4.2.10. Aplicação: para uso em Nobreaks/UPS (não serão aceitas baterias exclusivas para sistemas de alarme/segurança eletrônica);
- 4.2.11. Utilização segura em ambientes com seres vivos e equipamentos eletrônicos;
- 4.2.12. Tecnologia com eletrólito absorvido em manta de fibra de vidro (AGM) para eficiente processo de recombinação de gases;

GARANTIA

- 4.2.13. A empresa contratada deverá dar garantia de 12 (doze) meses aos produtos, contados a partir da data do aceite definitivo emitido pelo Gestor do Contrato;
- 4.2.14. As demais condições e prazos relativos à garantia e assistência técnica do objeto constam do subitem 5.5.2 (Garantia do Objeto) deste Termo de Referência;

OUTROS REQUISITOS

- 4.2.15. Deverão ser informados na proposta comercial:
 - Marca;
 - Modelo; e
 - Código/Referência do produto pelo fabricante.
- 4.2.16. Poderá ser solicitada a apresentação de catálogo ou a indicação de sítio da Internet no qual constem as informações necessárias à comprovação do atendimento pleno do produto ofertado às especificações técnicas exigidas;
- 4.2.17. Todos os produtos e componentes deverão ser novos (primeiro uso);
- 4.2.18. Todos os produtos deverão ser idênticos, isto é, possuir componentes internos e externos com as mesmas características técnicas, padrões de cores, qualidade e desempenho;
- 4.2.19. Os produtos deverão ser acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Prazos

Entrega dos produtos em até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento, pelo licitante vencedor, do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC;

Substituição, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE-SC, o produto entregue no qual for constatada qualquer irregularidade, neste caso, correndo à conta da contratada as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega, sendo que o prazo para substituição não interromperá a multa por atraso prevista na licitação.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Entregar os produtos na Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE-SC, situada no 2º andar do prédio-sede, localizado à Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, em dia útil, das 13 às 19 horas, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

O recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.

5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

5.5. Garantia do objeto

5.5.1. Item 1 - Nobreak interativo senoidal

A Contratada deverá dar garantia de 36 (trinta e seis) meses ao nobreak e de 12 (doze) meses à(s) sua(s) bateria(s) inclusa(s), contados a partir da data do aceite definitivo emitido pelo Gestor do Contrato, observando as condições estabelecidas no subitem 5.5.3;

5.5.2. Item 2 - Baterias VRLA para nobreak

A Contratada deverá dar garantia de 12 (doze) meses às baterias, contados a partir da data do aceite definitivo emitido pelo Gestor do Contrato, observando as condições estabelecidas no subitem 5.5.3;

5.5.3. Condições gerais de garantia e assistência técnica (para ambos os itens)

A Contratada deverá informar ao Gestor do Contrato os canais de comunicação disponíveis para abertura de chamados de assistência técnica, permitindo o registro de incidentes e problemas encontrados nos equipamentos fornecidos, devendo haver, ao menos, 1 (um) número de telefone nacional e 1 (um) endereço de correio eletrônico (*e-mail*), adequados à abertura dos chamados, sendo permitido o fornecimento de acesso a site/sistema dedicado na Internet;

Durante todo o período de garantia, a Contratada, às suas expensas, deverá atender às solicitações de assistência técnica da Contratante, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, realizando o reparo, a correção ou a substituição do objeto que apresentar vício, defeito ou incorreção, visando a recuperação do perfeito funcionamento do equipamento, sem qualquer ônus adicional para a Contratante;

As peças, componentes ou produtos que apresentarem defeito ou vício irreparável no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso, que apresentem padrão de qualidade e desempenho iguais ou superiores ao dos originais;

Todo e qualquer custo referente à prestação da garantia e assistências técnicas no período, inclusive o frete e transporte de bens, será de responsabilidade da Contratada, sem custos adicionais para a Contratante;

O equipamento defeituoso com chamado de garantia aberto pela Contratante deverá ser recolhido na Seção de Gestão de Ativos de TI, na Sede do TRE-SC em Florianópolis/SC, pela Contratada, por sua autorizada técnica ou por transportadora, no horário de expediente do Tribunal (13 às 19h),



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

para conserto ou troca, respeitando os requisitos técnicos e as condições de garantia exigidos neste TR;

Os serviços de conserto, reparo e testes do equipamento defeituoso deverão ser executados em unidade da rede de assistência da Contratada ou de sua autorizada técnica, não sendo permitida a utilização de quaisquer materiais, recursos ou infraestruturas pertencentes à Seção de Gestão de Ativos de TI ou ao TRE-SC;

A Contratada deverá garantir o processo de logística reversa das baterias defeituosas ou usadas, encaminhando-as à destinação ambientalmente adequada, de responsabilidade do fabricante ou do importador, de acordo com a Resolução CONAMA nº 401/2008, sem qualquer ônus adicional à Contratante, sem prejuízo da fiscalização do cumprimento da correta destinação dos produtos;

O prazo de devolução dos equipamentos consertados ou substituídos em garantia será de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data da comunicação do defeito pelo TRE-SC, via abertura de chamado técnico nos canais de comunicação disponibilizados pela Contratada, devendo ser devolvidos, da mesma forma, na Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE/SC, na Sede do Tribunal, em Florianópolis/SC;

Entende-se por término do atendimento técnico a disponibilidade do equipamento para uso em perfeitas condições de funcionamento à Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE/SC, condicionado à ulterior aprovação da Contratante, por meio do Gestor do Contrato.

5.6. Vigência da contratação

O contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto.

5.7. Obrigações da Contratante

Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital.

5.8. Obrigações da Contratada

- a) Executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- b) Fornecer produtos novos (primeiro uso), com todos os seus componentes originais e idênticos, e dentro do prazo de validade, se houver;
- c) Entregar os produtos em até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento, pelo licitante vencedor, do Contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC;
- d) Substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE/SC, os produtos entregues nos quais forem constatadas quaisquer irregularidades;
 - i) Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos de que trata este item não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
 - ii) Em caso de substituição dos produtos conforme previsto neste item, correrão à conta da contratada as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega;
- e) Entregar os produtos na Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE-SC, situada no 2º andar do prédio-sede, localizado à Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, em dia útil, das 13 às 19 horas, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
- f) Dar garantia aos produtos pelos prazos e condições estabelecidas no subitem 5.5 deste Termo de Referência;
- g) Garantir o processo de logística reversa em momento futuro, encaminhando as baterias fornecidas, após o fim da sua vida útil e devolução pelo TRE-SC, à destinação ambientalmente



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

adequada, de responsabilidade do fabricante ou do importador, de acordo com a Resolução CONAMA nº 401/2008, sem qualquer ônus adicional à contratante e sem prejuízo da fiscalização relativa ao cumprimento da correta destinação dos produtos;

- h) Não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do certame;
- i) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.9. Transferência de conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

5.10. Direitos autorais

Não se aplica a esta contratação.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Não se aplica a esta contratação.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestão do contrato

6.1.1. As atividades de gestão contratual compreendem:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pela fiscalização do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio da fiscalização técnica e administrativa;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelas fiscalizações técnica e administrativa, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

afetados, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. As atividades de fiscalização técnica do contrato compreendem:

a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar à gestão do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente à gestão do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar à gestão do contrato para ratificação;

g) comunicar à gestão do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização administrativa;

i) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. As atividades de fiscalização administrativa do contrato compreendem:

a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar à gestão do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização técnica;

f) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Seção de Gestão de Ativos de TI - SEGATI
Fiscal técnico	Assistência IV da Seção de Gestão de Ativos de TI
Fiscais administrativos	Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária – COFC Seção de Gerenciamento de Contratações – CC

6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por meio de instrumento de contrato.

6.4. Acompanhamento do Contrato

A comunicação entre o TRE-SC e a contratada poderá ocorrer por contato telefônico (48-3251-3700), e-mail (csit-sgati@tre-sc.jus.br) ou pessoalmente, no local da entrega dos produtos.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

Não se aplica a esta contratação.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

Ambos os objetos pretendidos são indivisíveis per se, não cabendo parcelamento da contratação. A adjudicação será por item.

9.2. Seleção do fornecedor



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Será selecionado o licitante que, por meio de processo licitatório, atender aos requisitos previstos em lei (regularidade fiscal, social e trabalhista) e às demais exigências editalícias, bem como oferecer a proposta mais vantajosa à Administração.

9.2.1. Critérios de habilitação

Não há requisitos específicos de qualificação técnica ou de qualificação econômico-financeira.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é bem comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade "Pregão" e do critério de julgamento "Menor Preço".

10. Estimativas do valor da contratação

Após levantamento de soluções de mercado e considerando os preços praticados em licitações similares, o estudo técnico preliminar chegou às seguintes estimativas de valores para a presente contratação:

Item	Descrição resumida	Quantidade registrada	Unidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	Nobreak interativo senoidal	400	unidade	R\$ 718,96	R\$ 287.584,00
2	Baterias VRLA para nobreak	300	unidade	R\$ 264,50	R\$ 79.350,00
Valor Estimado Geral					R\$ 366.934,00

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

O objeto do item 1 (Nobreak interativo senoidal) está previsto no Plano de Contratações Anual 2025 - Anexo II - Item 4 - "Equipamentos para prover solução energia para usuários (no-breaks)".

O objeto do item 2 (Baterias VRLA para nobreak) está previsto no Plano de Contratações Anual 2025 - Anexo II - Item 9 - "Componentes e consumíveis para manutenção de equipamentos e infraestrutura de redes".

11.2. Plano de Logística Sustentável

A presente contratação deverá observar as seguintes ações previstas no Plano de Logística Sustentável do TRE-SC:

- Adquirir materiais e equipamentos elétricos com melhores classificações de eficiência energética.
- Promover a destinação ecologicamente correta dos resíduos não recicláveis.

11.3. Outros instrumentos



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A solução pretendida está alinhada ao PDTIC (IN 13 - Manter parque tecnológico atualizado - Prover aos usuários de TI ambiente, equipamentos e serviços necessários para a realização de suas atividades).

12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
1 - Nobreak interativo senoidal	02.122.0033.20GP.0042	4.4.90.52	R\$ 287.584,00
2 - Baterias VRLA para nobreak	02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.30	R\$ 79.350,00

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea "a" do subitem 13.1.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado no cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescida de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada do objeto;

c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "b" a "g", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas "b" a "e" do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;
- b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "a" e "e" do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.